



ALCOA ALUMÍNIO S.A.

CNPJ 23.637.697/0001-01

Relatório da Administração

O grupo Alcoa é verticalmente integrado na cadeia produtiva do alumínio, sendo composto por mineração de bauxita, refino de alumina, produção de alumínio e geração de energia, sendo que a Alcoa Alumínio S.A. opera especificamente os negócios de alumina e alumínio no Brasil. O alumínio é uma commodity negociada na London Metal Exchange (LME) e precificada diariamente. Além disso, a alumina está sujeita à precificação de mercado por meio do Alumina Price Index (API). Como resultado, o preço do alumínio e da alumina estão sujeitos à volatilidade significativa e, portanto, influenciam os resultados operacionais da Alcoa Alumínio.

Durante 2024, a Alcoa obteve força na precificação de alumina e alumínio e fez progressos significativos em seus principais objetivos operacionais, comerciais, financeiros e de alocação de capital, cumprindo ações estratégicas e melhorias operacionais.

Os preços médios de alumina e alumínio aumentaram em 37% e 7%, respectivamente, com o preço da alumina atingindo uma alta histórica no quarto trimestre de 2024, impulsionado principalmente por interrupções no fornecimento global. O aumento no preço da alumina superou o aumento no preço do alumínio. Os mercados de alumina e alumínio encerraram 2024 em déficit de volume ou equilibrados, respectivamente. O custo de energia e matérias-primas, incluindo produtos de carbono, soda cáustica e outros insumos importantes, diminuiu.

A Alcoa Corporation concluiu a aquisição do Grupo Alumina em 1º de agosto de 2024. A aquisição

aprimorou a posição da Alcoa como uma empresa líder global de alumínio puro e upstream, ao mesmo tempo em que simplificou a estrutura corporativa e a governança da companhia, resultando em maior flexibilidade financeira e oportunidades estratégicas. Tal aquisição não gerou impactos diretos na Alcoa Alumínio S.A. em 2024.

Em setembro de 2021, a Alcoa Corporation anunciou a sua decisão de intenção do relargamento da reunião de alumínio (Smelter) da sua unidade de São Luís no Maranhão, sendo assim, durante o ano de 2022 o referido projeto de relargamento foi colocado em andamento. O projeto teve seus custos de relargamento encerrados no terceiro trimestre de 2023, restando apenas custos operacionais para que o mesmo seja concluído. Durante 2024, a Companhia deu continuidade ao ritmo controlado para o relargamento da redução de alumínio e melhorou a estabilidade operacional das cubas que já haviam sido relagadas em 31 de dezembro de 2024, a unidade estava operando a aproximadamente 87% de sua capacidade anual total.

Em relação a refinaria da Alumar houve desafios que impactaram os níveis de produção, manutenção e custos de produção, como manutenções não planejadas de equipamentos e instabilidade periódica no fornecimento de energia.

Em 2024 devido a extrema seca sem precedentes na região Amazônica que resultou no baixo nível do Rio Amazonas em geral, observou-se uma mudança do padrão da sedimentação que provocou o surgi-

mento de banco de areia próximo à cidade de Juruti, sendo assim, com o objetivo de mitigar os efeitos da deposição e da seca extrema na região, foi realizada a dragagem de manutenção do canal de navegação para permitir a continuidade da navegação e das operações portuárias. O volume total dragado em 2024 é de 2.435 Milhões de m³.

Além disso, conforme já citado na Nota 1.2 (I), a Alcoa adquiriu em 2024 quatro navios para transportar bauxita entre Juruti e São Luís com o intuito de fortalecer as operações da Companhia e reduzir os custos de transporte.

Demonstramos abaixo os investimentos da Companhia com seus percentuais atualizados.

Empresa	Participações nas ações - %		
	Tipo	Direta	Indireta
Companhia Geral de Minas (CGM)	Controlada	99,99	
Estreito Energia S.A.	Controlada	99,99	0,001
Novo Horizonte Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Controlada	95,97	4,03
AWA Brasil	Controllada	58,02	
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	Coligada	42,18	
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	Coligada	34,97	
UHE Machadinho	Consórcio	25,74	

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro		
	Nota	2024	2023
Receita	27	5.028.410	4.103.735
Custo das vendas	28	(4.897.151)	(5.057.141)
Lucro (prejuízo) bruto		131.259	(95.406)
Despesas administrativas	28	(139.111)	(191.202)
Despesas com vendas	28	(16.668)	(7.665)
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(21.228)	(2.519)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas	11.a	449.279	(231.139)
Resultado Operacional		403.531	(1.385.931)
Receitas financeiras	29	116.994	65.167
Despesas financeiras	29	(581.712)	(426.057)
Variações cambiais, líquidas	29	35.262	155.792
Despesas financeiras, líquidas		(429.456)	(205.098)
Participação em sociedades coligadas	11.b	(6.689)	(20.624)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(32.614)	(1.570.405)
Corrente		(37.709)	(3.737)
Difuso		198.764	465.149
Imposto de renda e contribuição social		26	161.055
social corrente e difuso		461.412	(59.266)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		128.441	(1.108.993)
Atribuído a:			
Acionistas da Companhia			128.441
Participação dos não controladores			304.306
Ações do capital social no final do exercício - milhares			432.747
Lucro líquido (prejuízo) por ação durante o exercício		19.363.747	19.363.747
Lucro líquido (Prejuízo) por ação da Companhia - R\$			6.63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	Nota	2024	2023
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	479.364	415.496
Caixa restrito	6.b	16.735	14.457
Contas a receber	7	463.189	283.084
Estoques	8	865.744	747.721
Transações com partes relacionadas	20	70.265	73.531
Créditos fiscais a compensar	9	287.288	288.477
Dividendos a receber	11.a	6.953	12.659
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	45.964
Outros ativos	10	27.860	19.922
Circulante		2.217.398	1.901.311
Caixa restrito	6.b	-	5.241
Depósitos judiciais	21	8.541	8.787
Créditos fiscais a compensar	9	316.844	573.823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	1.842.490	1.619.850
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	13.101
Outros ativos	10	904	583
Total do Ativo		12.190.503	10.705.842
Passivo			
Fornecedores	17	651.892	489.463
Obrigações tributárias e trabalhistas	18	164.050	84.815
Instrumentos financeiros derivativos	23	13.270	-
Transações com partes relacionadas	20	341.494	134.007
Provisão para contingências	21	20.816	26.960
Provisão para restauração e reabilitação ambiental	24	175.234	160.766
Dividendos a pagar	25.b	2.058	31
Passivos de arrendamento	19	22.431	2.959
Outros passivos	22	181.551	39.216
Circulante		1.572.796	2.152.217
Obrigações tributárias e trabalhistas	18	1.009	941
Instrumentos financeiros derivativos	23	215.556	7.308
Transações com partes relacionadas	20	4.259.472	2.316.790
Provisão para restauração e reabilitação ambiental	24	348.797	422.892
Provisão para contingências	21	111.368	91.766
Outros passivos	22	176.222	299.681
Total do Passivo		6.685.220	5.291.595
Patrimônio Líquido			
Capital social	25.a	5.478.070	4.733.840
Hedge de fluxo de caixa	25.b	72.900	(15.181)
Plano de pensão	18	10.594	10.594
Reservas de capital	21	215.425	280.306
Reserva de lucros	25.f	13.685	-
Prejuízos acumulados	25.g	-	(112.701)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		12.190.503	10.705.842

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	Nota	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022			
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócios	25	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-
Prêmio de opção de ações	31	-	(6.238)
Hedge de fluxo de caixa	23	-	(33.916)
Obrigações com benefício de aposentadoria	31	-	2.618
Absorção de reservas de lucros	25	-	(215.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2023			
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócios	25	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-
Prêmio de opção de ações	31	-	11.043
Hedge de fluxo de caixa	23	-	(47.742)
Obrigações com benefício de aposentadoria	31	-	1.349
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	-
Constituição de reservas de lucros	25	-	6.422
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-

•*continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. O ágio, de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de uma investida e seu patrimônio líquido no momento da aquisição. O ágio de aquisições de coligadas é registrado como "Investimento". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui saldos de ágio em investimentos.

(d) Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

(e) Combinacão de negócios sob controle comum

A Combinacão de negócios envolvendo entidades sob controle comum ainda não foi abordada especificamente pelo CPC 15(R) - Combinacão de negócios. Este pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, de forma que, na avaliação de transações de tal natureza, cabe julgamento da Administração para refletir adequadamente a essência e realidade econômica de cada transação. A Companhia utiliza como prática contábil o método de aquisição, reconhecendo e mensurando os ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores, conforme detalhado na nota explicativa 12.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual elas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas investidas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como hedge accounting e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa e operações de hedge de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com os saldos de contas a receber, contas a pagar e de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos como "Resultado Financeiro". Os demais ganhos e perdas cambiais representados principalmente pela cotação e equivalentes de caixa e empréstimos estão demonstrados como "Variações monetárias e cambiais, líquidas".

2.4. Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se de saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montantes sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados ao valor justo do instrumento financeiro. O saldo de caixa restrito refere-se a um investimento em certificado de depósito bancário (CDB) mantido como forma de garantia referente ao processo de liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica e com prazo de vencimento em 12 meses.

A Companhia também possui uma aplicação financeira vinculada, a qual não possui liquidez imediata e está classificada no longo prazo, conforme nota 6.

2.5. Instrumentos financeiros e contabilização de derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia e políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são geralmente usados para mitigar o impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de commodities.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nestes casos todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

As classificações dos ativos financeiros são as seguintes:

• Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidas para lucros ou perdas no desconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.

• Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem remuneração de ganhos ou perdas no resultado do desconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, os quais preter-se-ão a referir ao futuro previsível e que são elegíveis irreversivelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de impairment.

• Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e instrumentos patrimoniais não classificados, no reconhecimento inicial ou transição, para classificar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

Contabilidade dos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de hedge e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes condecoradas das características daqueles instrumentos financeiros e dispositas a negociação-limite, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e, também, a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de hedge de fluxo de caixa ou hedge de investimento líquido, em que as parcelas dos ganhos ou das perdas no instrumento de hedge que foram determinados como hedge efetivo, são reconhecidas na resultante abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Inefetividade do hedge

A inefetividade de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

No caso de hedges de compras em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, o Grupo realiza uma avaliação qualitativa de efetividade. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, o Grupo utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a efetividade.

Nos hedges de compras em moeda estrangeira, a inefetividade pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou no contraparte do derivativo.

As operações cambiais a termo são denominadas na mesma moeda que as transações previstas alternativamente prováveis e, portanto, o índice de hedge é de aproximadamente 1:1. Considerando as mudanças no valor a vista descritas dos instrumentos de hedge em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a efetividade do hedge, a taxa média ponderada protegida no ano foi U\$S 1. R\$ 1 (2023 - US\$ 0.99; R\$ 1).

2.6. Ativos e passivos financeiros

(a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e

• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuiu instrumentos financeiros ativos classificados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5).

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrem.

(c) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na balança se há evidência objetiva de perda (impairment) em algum ativo financeiro ou no grupo de ativos financeiros e reconhece contabilmente se a mesma for necessária. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

• dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;

• uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;

• probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e

• extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; e a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transfere e não retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre esse ativo.

2.6.2 Passivos financeiros

(a) Classificação

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esse passivo financeiro é mensurado pelo valor justo e eventualmente mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos financeiros do Grupo, que são inicialmente reconhecidos com valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, arrendamentos e partes relacionadas.

(b) Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação por revogada, cancelada ou expirada.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estas são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas como operações de caixa, com base no valor da transação, menos descontos e impostos, e com base na taxa efetiva de juros mensais, que é a taxa de juros efetiva, que é a taxa que resultaria em um resultado igual ao resultado real, se a taxa efetiva permanecesse constante ao longo do período.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é menor que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é maior que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é igual à taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é menor que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é maior que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é igual à taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é menor que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é maior que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é igual à taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é menor que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é maior que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é igual à taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é menor que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é maior que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é igual à taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é menor que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é maior que a taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de juros.

As contas a receber de clientes são reconhecidas no resultado quando a taxa efetiva de juros é igual à taxa de juros nominal. A taxa efetiva é calculada com base na taxa de juros nominal, dividida pelo resultado da taxa efetiva de

-continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (nível 3).

No encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía instrumentos financeiros de derivativos que foram registrados pelos critérios acima (nível 1).

5. Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	2024	2023
	Ativos ao custo mensurados amortizado ao valor justo	Ativos ao custo mensurados amortizado ao valor justo
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	479.363	–
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	540.407	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nível 1)	1.019.770	59.065
	2024	2023
Passivos mensurados ao custo amortizado ao valor justo	784.770	59.065

	2024	2023
	Passivos mensurados ao custo amortizado ao valor justo	Passivos mensurados ao custo amortizado ao valor justo
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos (Nível 1)	–	13.270
Passivos de arrendamento	237.987	–
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	5.252.858	–
(b) Consolidado	5.490.845	13.270
	2024	2023
Ativos ao custo mensurados amortizado ao valor justo	1.362.356	59.065

	2024	2023
	Ativos ao custo mensurados amortizado ao valor justo	Ativos ao custo mensurados amortizado ao valor justo
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	733.761	–
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	1.286.838	–
Instrumentos Financeiros (Nível 1)	2.020.599	59.065
	2024	2023
Passivos mensurados ao custo amortizado ao valor justo	22.723	–

	2024	2023
	Passivos mensurados ao custo amortizado ao valor justo	Passivos mensurados ao custo amortizado ao valor justo
Passivos		
Instrumentos Financeiros (Nível 1)	–	22.723
Passivos de arrendamento	476.531	–
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	5.902.425	–
6. Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito	6.378.956	22.723
	2024	2023
Ativos ao custo mensurados amortizado ao valor justo	5.501.876	–

6.a. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora

Consolidado

	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos	203.247	160.669	301.493	170.896
Depósito Interbancário Internacional (i)	–	72.491	–	72.491
Certificados de depósitos bancários (ii)	276.117	182.336	432.268	310.953
(i) Depósito interbancário internacional em dólares estadunidenses e convertidos para o motivo funcional, na data de encerramento das demonstrações financeiras (31 de dezembro de 2023).	479.364	415.496	733.761	554.340
(ii) Em 31 de dezembro de 2024, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de certificados de depósitos bancários, denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e mensurados pelo custo amortizado, remunerados em 2024 à base média de 99% do CDI na Controladora (100,7% em 2023) e 99,6% do CDI no Consolidado (100,8% em 2023).				
Para os CDBs do Grupo não há penalidade em caso de resgate antecipado, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança no valor.				
6.b. Caixa restrito	16.735	14.457	24.335	22.178
	2024	2023	2024	2023
Caixa Restrito (i)	16.735	14.457	24.335	22.178
Aplicações financeiras vinculadas (ii)	–	5.241	4.808	–
Circulante	16.735	14.457	24.335	22.178
Não circulante	–	5.241	4.808	–
6.c. Caixa e equivalentes de caixa	16.735	14.457	24.335	22.178
	2024	2023	2024	2023
Controladora	2024	2023	2024	2023
Mercado interno	436.994	247.984	479.981	281.738
Mercado externo	35.651	36.478	35.715	36.468
Provisão para perda de crédito esperada	472.645	284.462	515.696	318.206
(9.456)	(1.378)	(9.457)	(1.378)	
463.189	283.084	506.239	316.828	

Controladora

Consolidado

	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos	203.247	160.669	301.493	170.896
Depósito Interbancário Internacional (i)	–	72.491	–	72.491
Certificados de depósitos bancários (ii)	276.117	182.336	432.268	310.953
(i) Depósito interbancário internacional em dólares estadunidenses e convertidos para o motivo funcional, na data de encerramento das demonstrações financeiras (31 de dezembro de 2023).	479.364	415.496	733.761	554.340
(ii) Em 31 de dezembro de 2024, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de certificados de depósitos bancários, denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e mensurados pelo custo amortizado, remunerados em 2024 à base média de 99% do CDI na Controladora (100,7% em 2023) e 99,6% do CDI no Consolidado (100,8% em 2023).				
Para os CDBs do Grupo não há penalidade em caso de resgate antecipado, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança no valor.				
7. Contas a Receber	16.735	14.457	24.335	22.178
	2024	2023	2024	2023
Controladora	2024	2023	2024	2023
Mercado interno	436.994	247.984	479.981	281.738
Mercado externo	35.651	36.478	35.715	36.468
Provisão para perda de crédito esperada	472.645	284.462	515.696	318.206
(9.456)	(1.378)	(9.457)	(1.378)	
463.189	283.084	506.239	316.828	

Consolidado

	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos	203.247	160.669	301.493	170.896
Depósito Interbancário Internacional (i)	–	72.491	–	72.491
Certificados de depósitos bancários (ii)	276.117	182.336	432.268	310.953
(i) Depósito interbancário internacional em dólares estadunidenses e convertidos para o motivo funcional, na data de encerramento das demonstrações financeiras (31 de dezembro de 2023).	479.364	415.496	733.761	554.340
(ii) Em 31 de dezembro de 2024, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de certificados de depósitos bancários, denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e mensurados pelo custo amortizado, remunerados em 2024 à base média de 99% do CDI na Controladora (100,7% em 2023) e 99,6% do CDI no Consolidado (100,8% em 2023).				
Para os CDBs do Grupo não há penalidade em caso de resgate antecipado, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança no valor.				
7. Contas a Receber	16.735	14.457	24.335	22.178
	2024	2023	2024	2023
Controladora	2024	2023	2024	2023
Mercado interno	436.994	247.984	479.981	281.738
Mercado externo	35.651	36.478	35.715	36.468
Provisão para perda de crédito esperada	472.645	2		

• continuação

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma											Consolidado						
											Receita de vendas (produtos e serviços)	Compras de insumos de produção e serviços	Juros e variação cambial	Consolidado			
											2024	2023	2024	2023	2024	2023	
14. Imobilizado																	
Saldos em 31 de dezembro 2022																	
Aquisição	23.638	292.478	231.955	36.087	4.182	76.028	664.368	503.067	1.167.435								
Alienação	1.715	24.620	28.229	1.210	9	31.734	87.517	543.088	630.605								
Provisão de Impairment (iii)	(1.455)	(174)	(59.491)	(1.330)	(81)	—	(62.531)	—	(62.531)								
Depreciação	(3.449)	(58.527)	(41.123)	(6.589)	(1.105)	(46.098)	(156.891)	—	233								
Transferências	—	325.837	285.803	12.813	1.669	58.325	684.447	(684.447)	—	(156.891)							
Saldos em 31 de dezembro 2023	20.449	584.368	445.472	42.191	4.674	119.889	1.217.143	361.708	1.578.851								
Custo total	24.114	1.743.543	1.668.243	191.587	18.284	316.516	3.962.287	361.708	4.323.995								
Depreciação acumulada	(3.665)	(1.159.175)	(1.222.771)	(149.396)	(13.610)	(196.527)	(2.745.144)	—	(2.745.144)								
Valor residual	20.449	584.368	445.472	42.191	4.674	119.889	1.217.143	361.708	1.578.851								
Saldos em 31 de dezembro 2023	20.449	584.368	445.472	42.191	4.674	119.889	1.217.143	361.708	1.578.851								
Aquisição	1.103	121.099	40.098	256.521	1.000	37.431	457.252	145.221	602.473								
Alienação	—	(141)	(790)	(243)	(1)	(36.594)	(37.769)	—	(37.769)								
Provisão de Impairment (iii)	—	134	99	—	—	—	—	—	233								
Depreciação	(184)	(73.477)	(66.155)	(8.982)	(1.491)	(57.700)	(207.989)	—	(207.989)								
Transferências	—	296	122.602	387	1.423	—	124.708	(124.708)	—								
Saldos em 31 de dezembro 2024	21.368	632.279	541.186	5.605	63.126	1.553.438	382.221	1.935.659									
Custo total	25.217	1.863.100	1.827.776	447.510	20.655	316.880	4.501.138	382.221	4.883.359								
Depreciação acumulada	(3.649)	(1.230.821)	(1.286.590)	(157.636)	(15.050)	(253.754)	(2.947.700)	—	(2.947.700)								
Valor residual	21.368	632.279	541.186	5.605	63.126	1.553.438	382.221	1.935.659									
Taxas anuais de depreciação - %	2-10	2-44	3-13	4-24	10-25												
Saldos em 31 de dezembro 2022	124.691	3.694.670	1.221.015	262.997	10.478	127.165	5.441.016	1.444.465	6.885.481								
Aquisição	13.572	46.387	30.847	3.213	818	129.100	223.937	1.217.931	1.441.866								
Alienação	(2.137)	(2.067)	(63.821)	(2.108)	(381)	—	(70.514)	—	(70.514)								
Provisão de Impairment (iii)	—	659	(916)	—	—	—	(257)	—	(257)								
Depreciação	(7.968)	(349.330)	(122.956)	(50.302)	(3.420)	(110.829)	(644.805)	—	(644.805)								
Transferências	451	907.847	350.478	23.802	6.232	132.800	1.512.610	(1.512.610)	—								
Saldos em 31 de dezembro 2023	128.609	4.388.166	1.414.647	237.602	13.727	279.236	6.461.987	1.149.786	7.611.773								
Custo Total	231.385	8.802.739	3.956.649	890.954	58.083	679.441	14.609.251	1.149.786	15.759.037								
Depreciação acumulada	(92.776)	(4.414.573)	(2.542.002)	(653.352)	(44.356)	(400.205)	(8.147.264)	—	(8.147.264)								
Valor residual	128.609	4.388.166	1.414.647	237.602	13.727	279.236	6.461.987	1.149.786	7.611.773								
Saldos em 31 de dezembro 2023	128.609	4.388.166	1.414.647	237.602	13.727	279.236	6.461.987	1.149.786	7.611.773								
Aquisição	1.103	134.763	47.343	504.614	6.985	46.568	741.376	594.690	1.336.066								
Alienação	(30)	(1.284)	(847)	(716)	(9)	(36.594)	(39.480)	—	(39.480)								
Provisão de Impairment (iii)	—	290	(118)	—	—	172	—	—	172								
Depreciação	(16.625)	(386.396)	(148.666)	(49.518)	(3.840)	(138.571)	(743.616)	—	(743.616)								
Transferências	—	189.315	164.653	19.874	4.193	170.003	395.038	(395.038)	—								
Saldos em 31 de dezembro 2024	113.057	4.324.854	1.470.712	711.856	21.056	167.642	6.815.477	1.349.438	8.164.915								
Custo total	222.459	8.800.991	4.165.196	1.413.766	69.201	705.946	15.680.224	1.349.438	17.029.662								
Depreciação acumulada	(109.402)	(4.778.802)	(2.688.184)	(701.910)	(48.145)	(538.304)	(8.864.747)	—	(8.864.747)								
Valor residual	113.057	4.324.854	1.470.712	711.856	21.056	167.642	6.815.477	1.349.438	8.164.915								
Taxas anuais de depreciação - %	2-10	2-44	3-13	4-24	10-25												
(i) A rubrica de veículos compreende, majoritariamente, a aquisição de navios destinados ao transporte de bauxita entre Juruti (PA) e São Luís (MA). A operação de transporte, crucial para a logística da Companhia, é detalhada na Nota 1.2, que aborda os aspectos específicos da frota naval e suas operações.																	
(ii) A rubrica de edificações, benefícias compreende, principalmente, a capitalização dos projetos de construção de lagos de resíduos de bauxita, componente essencial da operação de refino de alumina de São Luís, e um projeto estratégico para a região.																	
(iii) A rubrica de obras em andamento compreende, principalmente, os projetos de construção de lagos de resíduos de bauxita. Adicionalmente, os saldos consolidados incluem projetos em Juruti, com foco na garantia da estabilidade e confiabilidade do processo produtivo, bem como na manutenção otimizada das operações da mina de Juruti e da refinaria de São Luís.																	
O Grupo efetuou revisão da taxa útil estimada para bens do imobilizado durante o ano de 2024, e não identificou alterações significativas.		</td															

-• continuação

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01

23. Instrumentos Financeiros Derivativos

Osinstrumentos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não para fins especulativos. Os derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Instrumentos Financeiros era composto por contratos de compra de moeda Real na modalidade "NDF" (Non Deliverable Forward - BRL a termo).

Tais instrumentos financeiros têm o objetivo de cobrir parte da exposição da receita em dólar da Companhia (proveniente de suas exportações), uma vez que majoritariamente os seus custos operacionais e dispendios de capital são denominados em moeda local (Reais).

Dessa forma estes instrumentos financeiros foram classificados e registrados como Hedge de Fluxo de Caixa (Cash Flow Hedge).

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Ativo circulante	- 45.964	- 45.964
Ativo não circulante	- 13.101	- 13.101
Passivo Circulante	13.270	- 19.374
Passivo não circulante	- 3.350	-
	13.270	59.065
	22.724	59.065

24. Provisão para restauração e reabilitação ambiental

O saldo registrada na rubrica de provisão para restauração ambiental refere-se a valores provisionados pela Companhia para futuros gastos para restaurar/recuperar as áreas minerais, áreas de localização de rejeitos, áreas de descarte de resíduo de processos produtivos, entre outros ativos em que a Companhia possua a obrigatoriedade legal de reabilitar o ativo. O montante de passivo para restauração ambiental é de R\$ 524.030 (2023 R\$ 583.658) Controladora e R\$ 969.056 (2023 R\$ 1.005.886) Consolidado. O principal impacto na diminuição do saldo refere-se aos gastos relacionados a remediação dos lagos de resíduo de rejeitos.

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Saldo inicial	583.658	555.936
Adição de provisões	19.097	115.229
Ajuste à valor presente	23.141	17.595
Gastos com remediação	(101.866)	(105.102)
Total da Provisão	524.030	583.658
	969.056	1.005.886
	2024	2023
Circulante	175.234	160.766
Não circulante	348.796	422.892
	524.030	583.658
	969.056	1.005.886

25. Patrimônio líquido

25.a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é composto de ações sem valor nominal conforme abaixo:

Quantidade de ações

Ordinárias

Preferenciais

Total

País

Exterior

19.356.544

6.775

19.363.747

A Companhia é controlada pela Alcoa Nederland Holding BV (Sede na Holanda) que possui 99,96% do capital social da Alcoa Alumínio S.A. e é uma subsidiária integral da Alcoa Corp. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas de acordo com o Estatuto Social da Companhia possuem direitos de preferência na distribuição de dividendos e prioridade no reembolso de capital, observando-se os requerimentos da Lei das Sociedades por Ações. Durante os anos de 2024 e 2023 foram realizados aportes de capital pela controladora.

25.b. Dividendos

No ano de 2024, foi constituido no percentual de 25%, conforme lei 6.404 o valor de R\$ 2.058 como dividendos dos mínimos obrigatórios. Em 2023, devido ao prejuízo do exercício, não houve a distribuição de dividendos.

25.c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No ano de 2024, a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 6.422. Em 2023, a Companhia realizou a absorção da reserva legal com o prejuízo do exercício, conforme definido na Lei 6.404.

25.d. Reserva para incentivos fiscais

Constância de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638/2007), essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 26 (d), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a parir da conta "Lucros acumulados". Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. No ano de 2024 foi constituida a reserva no valor de R\$ 1.089. Em 2023, a Companhia realizou a absorção da reserva para incentivos fiscais com o prejuízo do exercício, conforme definido na Lei 6.404.

25.e. Juros sobre o capital próprio

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o patrimônio líquido que, dedutíveis para fins tributários, podem ser impulsionados ad dividendos obrigatórios quanto distribuídos.

Os juros calculados são alocados, quando aplicável, diretamente ao patrimônio líquido, e para fins fiscais tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

25.f. Reserva de lucro para investimentos

Em ata de assembleia geral ordinária e extraordinária de 30 de abril de 2009, a administração, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76, criou a reserva estatutária para investimento.

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a qual tem finalidade atender as necessidades e destinações futuras da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 2023 houve absorção da reserva para investimentos no valor de R\$500.561, conforme definido na Lei 6.404.

25.g. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não para fins especulativos.

Tais instrumentos financeiros têm o objetivo de cobrir parte da exposição da receita em dólar estabelecida da Companhia (proveniente de suas exportações), uma vez que majoritariamente os seus custos operacionais e dispendios de capital são denominados em moeda local (Reais) (Nota 23).

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora

Consolidado

2024

2023

2024

2023

Provisões temporariamente não dedutíveis

270.601

217.814

451.643

320.193

Diferenças resultantes da adoção dos padrões internacionais de contabilidade

(73.285)

(43.131)

(99.492)

(70.678)

Outras diferenças temporariamente dedutíveis

5.937

(4.808)

6.015

(4.729)

Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL

1.639.237

1.449.975

2.079.463

2.061.015

Total do imposto de renda e contribuição social diferidos

1.842.490

1.619.850

2.437.629

2.305.801

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Controladora

Consolidado

2024

2023

2024

2023

2025

185.853

391.902

2026 a 2027

180.707

188.620

2028 a 2029

256.658

256.744

2030 a 2031

344.270

381.816

2032 a 2033

435.980

514.688

2034 a 2035

434.443

575.522

2036 a 2037

4.579

134.189

2038 a 2043

-

(5.852)

-

1.842.490

1.619.850

2.437.629

2.305.801

(c) Movimentação líquida do imposto de renda diferido

Controladora

Consolidado

2024

2023

Aplicações financeiras em moeda estrangeira

68.637

144.763

95.486

147.769

Saldos de contas a pagar e receber (líquida) (ii)

(33.263)

11.019

45.988

JORNAL MANTIQUEIRA DIGITAL-29-03-25-ALCOA ALUMINIO S A RELATORIO DA ADMINISTRACAO pdf

Código do documento 7791c819-7881-40b4-a39f-afe26d28d20a



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101

Certificado Digital

anuncio@mantiqueira.inf.br

Assinou

Eventos do documento

29 Mar 2025, 07:54:13

Documento 7791c819-7881-40b4-a39f-afe26d28d20a criado por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2025-03-29T07:54:13-03:00

29 Mar 2025, 07:54:33

Assinaturas iniciadas por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2025-03-29T07:54:33-03:00

29 Mar 2025, 07:54:47

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 Assinou Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.112.39 (187-87-112-39.as28220.net porta: 34650). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2025-03-29T07:54:47-03:00

Hash do documento original

(SHA256):fdb978ab5bf272279ce4045d37027087c9b26dc53ef7244262ccecd8c53a927
(SHA512):714dd62c93b1d85276e1ec7cb5fcf6f5815f76323d7e61be0dd070cd2b17ef3e7b18d550b72131f8bda78822eab9c96675c6d0b67bf85ddc219a0867c8356e27

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.